

A falta que o crescimento faz

LEONARDO GUIMARÃES NETO

ECONOMISTA

A economia nacional não registra taxas de crescimento significativas há mais de vinte anos. Um balanço das taxas médias de expansão econômica dos últimos governos, desde o final da ditadura militar, a partir do General Figueiredo, o último dos presidentes-generais, mostraria que o país não conseguiu, no período de cada administração (Figueiredo, Sarney, Collor-Itamar, FHC 1, FHC 2 e Lula) alcançar a marca de 3% ao ano, o que é um crescimento medíocre, incapaz de reduzir o desemprego acumulado e empregar os que procuram trabalhos pela primeira vez.

Embora o crescimento substancial da economia não deva ser considerado como o remédio para todos os males, ele pode constituir-se apoio fundamental no encaminhamento de soluções para alguns problemas, inclusive o da pobreza. Foi de fato o que ocorreu num contexto politicamente

adverso do "milagre econômico" brasileiro, durante a ditadura militar, quando então o fechamento dos sindicatos e a prisão e morte dos líderes sindicais e de oposição ao regime, não permitiram que parte substancial dos impactos positivos decorrentes da expansão da economia favorecesse os trabalhadores. Não obstante este fato, por conta da intensidade do crescimento ocorrido, foi possível às famílias dos trabalhadores inserirem, no mercado de trabalho, um número maior de pessoas, resultando daí, mesmo com arrocho salarial, um aumento da renda do domicílio. Estudos de vários economistas mostraram a redução da pobreza entre 1970 e 1980, a partir das informações censitárias, embora parcela substancial da população permanecesse pobre.

O "milagre econômico" brasileiro foi diferente do "milagre" alemão e do italiano que ocorreram em pleno funcionamento das instituições democráticas e difundiram seus impactos positivos em toda sociedade, praticamente eliminando a pobreza

herdada da Segunda Guerra Mundial. No caso brasileiro, a ditadura não permitiu que as repercussões positivas do crescimento tivessem uma disseminação equivalente. Deixou escapar um momento histórico no qual parte mais relevante da pobreza poderia ter desaparecido no país.

Toda essa conversa inicial tem por finalidade discutir o processo recente de redução da pobreza que os estudiosos, entre eles Marcelo Néri da FGV, tem detectado a partir da primeira metade dos anos 90, no Brasil. De fato, se em 1992 a miséria abrangia 35% da população brasileira, ela passa para 29% em 1996, para 27% em 2002 e para 23% em 2005. Este fato é explicado, sobretudo, pelo controle da inflação ocorrido a partir do Plano Real, pelo aumento do salário mínimo maior que a inflação e pela expansão da bolsa-família. Alguns analistas argumentam, com razão, que esta melhoria ocorrida pode ter fôlego curto se não for apoiada por um crescimento sustentável que retire, sistematicamente, da desocupação e do subemprego parcela significativa

da população em idade de trabalhar.

De fato, sem geração de emprego não somente as transferências como as da bolsa-família teriam que ter garantida a sua continuidade para retirar da miséria as famílias dos desocupados e subempregados, como teriam que ser permanentemente aumentadas para abrigar a população jovem que não encontra trabalho. Além disso, a própria fonte de financiamento das transferências que é alimentada pelo crescimento da economia - numa situação de estagnação ou reduzido crescimento tenderia a estagnar ou crescer menos que as necessidades de cobertura da população indigente. Se durante ditadura o crescimento ocorreu com a concentração da renda, sobrando pouco para os trabalhadores, no regime democrático os governos eleitos criaram mecanismos para redução da pobreza, mas não conseguem garantir a permanência do processo, incapazes que foram, até agora, de criar condições de crescimento econômico sustentável e de geração de emprego.